

Quando a violência contra as mulheres se naturaliza no mercado de trabalho



» LILIANE ROCHA
Mestre em políticas públicas,
fundadora e CEO da Gestão
Kairós – Consultoria de
Sustentabilidade e Diversidade,
conselheira Consultiva do Pacto
de Promoção da Equidade Racial

No final de 2025, o Brasil voltou a debater a pandemia de assassinatos de mulheres, as complexidades da sociedade em que vivemos e o permanente desafio de garantir o direito à vida a uma parcela da população que representa 52% do país. O que recebeu bem menos atenção, no entanto, foi a forma como essa violência estrutural de gênero também atravessa os portões das empresas e adentram no mercado de trabalho. Dados da Justiça do Trabalho mostram que, em 2025, os casos de assédio sexual nas empresas cresceram 41%, saltando de 7.598 para 10.728 processos. Já as ações relacionadas a assédio moral aumentaram 26%, passando de 95.452 para 120.485 registros. Os números evidenciam que o ambiente corporativo está longe de ser um espaço imune às dinâmicas de violência que marcam a sociedade brasileira.

Esse cenário é reforçado pela Pesquisa *Mapa do Assédio no Brasil 2025*, elaborada pela KPMG. O levantamento revela que praticamente um terço da população brasileira sofreu algum tipo de assédio nos últimos 12 meses. Entre as vítimas, 44% relataram assédio moral ou psicológico e 38% optaram por não denunciar os episódios vivenciados. A pesquisa também destaca que 62% da amostra é

composta por mulheres cisgênero, um dado relevante para a leitura dos resultados. Quanto aos tipos de violência mais recorrentes, o estudo aponta: assédio moral ou psicológico (44%), assédio por gênero (15%) e assédio sexual (14%), evidenciando a centralidade das relações de poder e desigualdade de gênero na configuração dessas violências.

Na Gestão Kairós, já lidamos com os mais variados desafios. Para mencionar alguns, trago o caso de uma mulher assassinada pelo marido no local de trabalho, ambos funcionários da empresa. De líderes assediando funcionárias menores aprendizes com menos de 18 anos de idade, de gestores insistindo em cumprir tarefas funcionárias com “selinhos” e mulheres estupradas por colegas de trabalho. Casos extremos, mas reais, que evidenciam que, para além do ambiente corporativo das grandes capitais, a cultura empresarial frequentemente se confunde com a cultura da própria sociedade, inclusive nos recônditos do Brasil. Por isso, quando vemos casos de feminicídio explodindo em escala na sociedade, precisamos obrigatoriamente pensar como essas situações estão sendo reproduzidas dentro das empresas. E isso não é somente falar de diversidade. É também falar sobre gestão de risco empresarial.

A discussão sobre assédio, violência e permanência de mulheres no mercado de trabalho deixou de ser apenas um tema de valores e passou a ser, de forma objetiva, um tema de conformidade legal e gestão de riscos. A NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1) é a norma base de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no Brasil, estabelecendo diretrizes obrigatórias que as empresas devem seguir para garantir um ambiente laboral seguro e prevenir acidentes e doenças. A norma que exige que as

empresas identifiquem, avaliem e gerenciem riscos psicossociais no ambiente de trabalho desloca o debate do campo da retórica para o campo da responsabilidade corporativa.

Assédio moral, assédio sexual, ambientes hostis, humilhações recorrentes e práticas de gestão abusivas deixam de ser problemas de comportamento individual que impacta diretamente a saúde mental, a segurança, a produtividade e a permanência de profissionais. Sobre tudo mulheres.

Afinal, diante desse conjunto de dados e informações, o que se observa não é a soma de casos isolados, mas a expressão de uma violência estrutural que atravessa a sociedade e se reproduz no ambiente corporativo, justamente em um momento em que as empresas têm se comportado como se já tivessem equacionado as questões de diversidade e inclusão, cortando orçamentos, equipes e iniciativas de inclusão. Enquanto algumas lideranças empresariais afirmam que a única obrigação da empresa é obter lucro, casos como esses seguem ocorrendo de forma silenciosa no dia a dia.

Os números da Justiça do Trabalho, da Pesquisa *Mapa do Assédio no Brasil 2025* e da trajetória na Gestão Kairós apontam para uma mesma conclusão: a de que mulheres são as principais afetadas pelo assédio sexual e pelo assédio moral no trabalho. Essa realidade está diretamente ligada a relações de poder desiguais, hierarquias organizacionais pouco questionadas e padrões culturais que naturalizam abusos e silenciam vítimas. Ignorar esse diagnóstico é perpetuar o problema; enfrentá-lo exige que empresas deixem de tratar o assédio como exceção e passem a encará-lo como um risco estrutural que compromete pessoas, culturas e negócios.



Feliz ano novo, outra vez



» MICHEL MEDEIROS
Jornalista, especialista em
comunicação governamental
e marketing político

Se, no Brasil, o ano só começa após o carnaval, na política distrital ainda deve demorar mais um pouco para os motores aquecerem. Caso o projeto encaminhado pelo GDF na última sexta-feira, na tentativa de capitalizar o BRB, não prospere, a semana promete ser, novamente, morna. No centro do debate, as pautas de costume requeitadas devem ocupar espaço considerável da sessão de terça-feira.

No plenário, as discussões devem girar em torno do desfile da rebaixada Acadêmicos de Niterói, que homenageou o presidente Lula. O enredo, interpretado por alguns como intempestivo — tendo em vista estarmos em ano eleitoral e Lula ser candidato declarado à reeleição —, parece ter servido mais à oposição do que à base governista, já que o primeiro escalão da Esplanada dos Ministérios foi orientado a não desfilar e a não aparecer na avenida, antes ou depois da passagem da agremiação, evitando possíveis penalizações por campanha antecipada. A ordem era assistir de camarote.

Nesse cenário, se o objetivo era dar visibilidade ao petista, o tiro saiu pela culatra. Quem se beneficiou do desfile foram os políticos de oposição, principalmente os da ala mais conservadora, que conseguiram capitalizar com a homenagem e construir

uma narrativa de fortalecimento do grupo. Talvez tenha faltado à equipe da escola de samba um bate-papo com um marqueteiro, para entender que, muitas vezes, o ataque só fortalece o adversário. Nesse aspecto, ponto para a família conservadora, que de chacota tornou-se vítima e afastou ainda mais o público evangélico do candidato à reeleição. Outra pauta que deve ocupar parte dos comunicados de líderes e de parlamentares na sessão de terça-feira foi o uso, considerado excessivo ou não, de spray de pimenta contra o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Fábio Felix (PSol). As imagens provocaram três movimentos nos bastidores da Casa: os que defendem o parlamentar, os que defendem a corporação e os que querem explicações, mas são contrários a uma nota em nome do colegiado.

Pautas que poderão, inclusive, roubar parte do tempo destinado às discussões sobre o escândalo envolvendo o BRB, o GDF e o Banco Master, cujo esforço do Executivo está encanado na contratação de empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), dando como garantia 12 imóveis do GDF, como o Centro Administrativo, em Taguatinga. Mas, embora a urgência, não há consenso aparente para a aprovação da matéria. O que exigirá esforços da equipe de articulação de Ibaneis junto aos distritais.

Nos bastidores, um dos temas que movimentará os próximos 45 dias é a abertura da janela partidária, prevista para o período de 6 de março a 5 de abril, que permite aos parlamentares em exercício trocar de legenda sem o risco de perder o mandato por infidelidade partidária.

Não bastassem as incertezas comuns ao período — quando pré-candidatos e suas equipes fazem

contagens estimadas e exaustivas dos possíveis cenários e nominatas antes de escolher uma sigla —, soma-se a indefinição quanto a atores importantes do cenário local, a começar pelo próprio governador, que, embora já tenha declarado que se licenciaria para concorrer ao Senado, enfrenta um período de aridez política.

A verdade é que muitos deixarão para anunciar uma possível mudança após os 45 minutos do segundo tempo. Neste ano, a decisão ficará para os penúltimos, e qualquer passo mal dado pode repercutir negativamente no pleito marcado para 4 de outubro. As indefinições têm efeito cascata no processo político: caso o cenário, até então bem definido, para governo, Senado e os principais postulantes à Câmara dos Deputados mude, qualquer peça removida do tabuleiro pode gerar um efeito dominó, remodelando todo o jogo político. Afinal, o que é mais interessante: aventurar-se a um posto mais alto ou tentar se manter na cadeira onde tudo parece tranquilo?

Enquanto os martelos não são batidos, a segunda-feira começa como mais um “ano novo” simbólico, quando todos voltam ao trabalho livres das distrações das férias, do recesso e da programação de carnaval — nem que seja até o feriado da Semana Santa. Mas, por enquanto, a política deve seguir em banho-maria, ao menos até a primeira semana de março, ainda presa às amarras do ano velho.

Se anos eleitorais são particularmente mais curtos, 2026 já começa com um atraso de quase 60 dias para a política distrital, em que escândalos, incertezas e silêncios se mostram ainda mais acentuados. Enquanto isso, desejemos, mais uma vez, um feliz ano novo.

A dor sem nome



» PAULA BELMONTE
Deputada distrital,
segunda vice-presidente
e procuradora
Especial da Mulher da
Câmara Legislativa

Há dores que a linguagem humana não conseguiu nomear. Quando se perde pai ou mãe, somos órfãos. Quando se perde o cônjuge, somos viúvos. Quando se perde um filho, não há palavra que nos defina. Porque ali não se perde apenas alguém que amamos. Perde-se um pedaço de si que não retorna, perde-se o futuro que habitava aquele filho, perde-se a vida que seria vivida junto. Fica a saudade do que foi e a saudade do que nunca poderá ser.

Hoje, meu coração se volta para as famílias de dois jovens brutalmente assassinados no DF: Rodrigo Castanheira e Leonardo Ferreira. Nenhuma família deveria atravessar a ruptura que a violência provoca quando interrompe uma vida jovem. A morte de um filho não é apenas uma perda. É a inversão da ordem da existência. Pais não deveriam sepultar filhos. Quando isso acontece, algo essencial se rompe dentro da família e também no tecido moral da sociedade.

Falo como mãe que conhece essa ausência. Meu filho Arthur partiu ainda pequeno. Desde então, aprendi que o luto de um filho não se limita à memória do que se viveu. Ele inclui o silêncio das etapas que não virão, das conversas que não acontecerão, do crescimento que não será acompanhado. E falo também como família, porque a perda de um filho atravessa todos. Irmãos perdem parte de sua própria história, avós perdem continuidade, tios e primos perdem presença. A vida cotidiana passa a conviver com uma ausência que não se integra completamente ao tempo.

Há uma impotência própria dessa experiência. Nenhuma explicação restitui, nenhuma justiça devolve, nenhum tempo apaga. O amor permanece, mas precisa aprender a existir sem a reciprocidade concreta que o sustentava. A vida passa a se reorganizar em torno de uma falta definitiva.

Por isso, ao manifestar minha solidariedade às famílias de Rodrigo e de Leonardo, não a faço de fora. Faço do lugar de quem sabe que essa dor não se supera, apenas se carrega. E sei também que, quando um jovem é morto, a perda não pertence apenas àquela casa. Ela revela uma falha coletiva na proteção de uma vida em formação.

A violência, porém, alcança a maternidade de formas distintas. Há mães que choram filhos assassinados. Há mães que choram filhos que se perderam para o crime, para o tráfico, para a desumanização que a própria violência produz. São dores diferentes e jamais equivalentes, porque nada se compara à interrupção de uma vida inocente. Mas ambas expõem, por caminhos distintos, o fracasso social em proteger trajetórias humanas ainda frágeis.

Quando um filho morre, uma família é devastada. Quando um filho se torna agente de violência, outra família também é atingida, porque perde aquele jovem para um percurso que destrói a si e aos outros. A violência rompe pertencimentos, interrompe futuros e multiplica lutos. No fim, ela sempre deixa mães chorando.

Cada criança e cada adolescente que se perde representa um futuro interrompido e uma responsabilidade coletiva não cumprida. Não se trata apenas de segurança pública. Trata-se de presença familiar, comunidade vigilante, vínculos, cuidado e políticas que sustentem trajetórias em formação. A perda de jovens expõe nossas ausências como sociedade.

Há famílias que, diante dessa devastação, transformam o sofrimento em compromisso com outras vidas. Não porque a dor diminui, mas porque o amor permanece ativo. Ressignificar é permitir que a memória continue produzindo cuidado no mundo. Foi essa travessia que também me transformou, após a perda do Arthur, e orientou minha dedicação à defesa de crianças e adolescentes.

A dor que me atravessou não me afastou da vida pública. Deu-me um sentido mais nítido de responsabilidade: trabalhar para que menos famílias conheçam a dor sem nome. Proteger crianças e adolescentes deixou de ser apenas uma pauta. Tornou-se missão.

Às famílias de Rodrigo e de Leonardo, deixo minha solidariedade mais profunda. Que encontrem, entre si, a força que só o amor familiar sustenta. Que se amparem mutuamente na travessia de cada dia. E que Deus sustente o que a condição humana não consegue sustentar.

Quando um filho é perdido para a morte ou para a violência, algo não falhou apenas naquela família. Falhamos todos nós. E é desse reconhecimento que pode nascer a decisão da sociedade de proteger seus filhos antes que seja tarde. Porque nenhuma mãe deveria carregar a dor sem nome. E nenhuma sociedade que se pretenda humana pode aceitar que seus filhos continuem sendo perdidos.